



Revista Direito e Práxis

ISSN: 2179-8966

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Spellmann, Samuel
Imperialismo, Estado e Relações Internacionais
Revista Direito e Práxis, vol. 11, núm. 3, 2020, Julho-Setembro, pp. 2130-2139
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50293

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350964600022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

UFRJ
[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



RESENHA

Imperialismo, Estado e Relações Internacionais

OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018, 288p.

Samuel Spellmann¹

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba. Brasil. E-mail: samuelspellmann@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0898-779X>.

Resenha recebida em 19/04/2020 e aceita em 20/05/2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Em tempos de ampliação da barbárie, não é difícil que ressurgam questionamentos acerca de categorias há muito estabelecidas na teoria marxista. Nada mais justo: o reexame contínuo é a tarefa científica. Além disso, pode parecer peça de humor autodepreciativo, mas, no limiar da segunda década do século XXI, o campo teórico marxista vem à baila com um objetivo: discutir a estruturação teórica de suas categorias fundamentais. Novamente. Embora a teoria marxista se distancie do paradigma da replicabilidade, a este papel é, em certa medida, cumprido pela atualização fenomênica.

Quem de longe observa o debate teórico marxista costumeiramente acusa-o de falta de originalidade. As categorias fundamentais e a estruturação teórica, se não analisadas com certa aproximação, não mudaram tanto assim. Parece que estamos ruminando há quase dois séculos dizeres muito simples, facilmente confundidos com pessimismo barato, talvez esnobe.

Ao mesmo tempo, dado o cenário contemporâneo, o estudo da *novidade*, o desenvolvimento teórico-categórico – ou mesmo a apreensão da construção de conceitos – parece convidar uma ou duas doses de pessimismo. As repetidas ofensivas burguesas desanimam. Não é absurdo mencionar que, até mesmo para os melhores teóricos, a própria utilidade de certas categorias passa a ser objeto de questionamento¹.

E o questionamento é válido. Como podem certas categorias sobreviverem ao julgamento de tantos teóricos, através do tempo? Qual o motivo da longevidade teórica do Imperialismo? Será que se deve a inafastabilidade da presença de Lenin? As respostas tem sido que, dentro do campo marxista, categorias são apreendidas no decorrer do contato com o real. Este permanece se complexificando durante todo o processo, de modo que categorias nunca estão plenamente acabadas. As categorias, portanto, tomam forma enquanto se abstrai as principais determinações de um processo sócio-histórico. Este tem sido o caso do Imperialismo, essa categoria tantas vezes negada e esquecida, e perpetuamente redescoberta².

Paralelamente, enquanto a complexificação da barbárie alcança novas dimensões na atualidade, presenciamos, dentro do campo de estudos das Relações

¹ Como exemplo, o próprio David Harvey, que por vezes questionou a utilidade da construção categórica do Imperialismo em debate com Prabhat Patnaik (THE NEW SCHOOL, 2017), para logo após reafirmá-lo (HARVEY, 2018).

² Sobre os vários renascimentos do Imperialismo, ver Patnaik (1990), Foster (2006) e a Introdução de Harvey (2003).



Internacionais, possivelmente quatro grandes desenvolvimentos conceituais, os quais podemos ligar ao Imperialismo em nosso tempo.

Em primeiro lugar, é inegável que se deve acrescentar prefixo *neo* a expressão atual do fascismo³. Com traços característicos próprios, este já se distingue de sua versão original, *novecentista*, cuja fotocópia tantos se utilizam para ignorar a metamorfose contemporânea do horror. Vê-se a inimaginável dimensão da vigilância da vida privada, o reinventado controle coercitivo daquilo que se considera público. Vê-se a reedição do ataque ao migrante, a xenofobia, a permanência e ampliação de minorias raciais, religiosas, de gênero. Vê-se o desvalor da vida daqueles mais frágeis de nossa sociedade, amontoados, aguardando o próprio perecimento. E isto de forma revigorada e distinta da edição clássica do fascismo. Por fim, é necessário dizer que isto hoje ocorre sob o rugir dos tambores ritualísticos a anunciar mantras fiscais, repetidos incessantemente, num jejum quaresmal de quarenta anos.

Em segundo lugar, vê-se, na reativação do keynesianismo de emergência o abandono provisório e hipócrita do modelo neoliberal de gestão econômica no centro capitalista, e, ao que tudo indica, também aqui, na semiperiferia global⁴. Entretanto, a política econômica da austeridade como mecanismo pretensamente eficaz de controle do déficit público de países centrais perde a máscara não por vitórias eleitorais das esquerdas em países de capitalismo central, mas sim pela necessidade do Estado burguês de responder à crise capitalista atual (MCGEE, GREINER, 2020).

Em terceiro lugar, a ascensão de governos neofascistas promoveu reveses sérios aos já esbeltos acordos ambientais multilaterais recentes. Num cenário ampliado, a destruição do marco regulatório nacional, conexas ao dismantelamento destes acordos multilaterais são aparentemente exclusividades de nossos governos menos prediletos. Este tipo de *rationale* acaba por isentar não só toda a destruição praticada por administrações governamentais anteriores, como também ignora o papel, sempre presente, de que a destruição ambiental segue sendo externalidade provocada pela dinâmica da produção adotada em escala mundial. Esta dinâmica, ao se concentrar em países de capitalismo dependente, expõe a desigualdade geográfica destas

³ Acerca desta discussão, ver Neto (2020).

⁴ Refiro-me tanto a salvaguarda do setor bancário-financeiro brasileiro anunciada no mês de março pelo Banco Central do Brasil – cuja monta chega a R\$ 1,216 trilhão – (BARBOSA, HESSEL (2020), como também ao pacote anunciado em maio pelo Ministro da Economia brasileiro Paulo Guedes para recuperação do setor de transporte aéreo, que foi anunciado como mera “compra de debentures”, o que na prática implica na aquisição de títulos de propriedade de empresas do setor (O GLOBO, 2020). Omite-se que, na prática, fica para o erário público o prejuízo da compra, acaso a empresa em dificuldades venha a falir.



externalidades, enquanto a produção capitalista segue detida sob o controle de países do centro capitalista – os mesmos que, a depender do governo, subsidiam com orçamento público o combate ao impacto ambiental na periferia mundial (YATES, FOSTER, 2020).

O quarto e último debate liga-se à análise do sistema mundial moderno, em cujo se estrutura a atual dinâmica do mercado mundial (WALLERSTEIN, 1979). O cenário geopolítico atual transforma as interpretações sobre o fim da Guerra Fria. Em retrospecto, a “Pax Americana” parece certo interlúdio para a atual disputa hegemônica internacional entre Estados Unidos da América e República Popular da China (HUNG, 2017). Ao mesmo tempo, a estrutura produtiva global enfrenta um choque decisivo, de modo a contrastar o espraio produtivo alcançado pelas cadeias globais de valor com a necessidade premente de re-nacionalização de aparatos industriais estratégicos pelo tempo que durar a pandemia atual⁵. Deste cenário emergem as contradições mais diversas, ligadas à manutenção da atual estrutura de acumulação e circulação de capital. Como manter o padrão de acumulação pré-crise de 2020 em plena queda vertiginosa do consumo final? Como relacionar a manutenção das taxas de lucro do capital monopolista com a transferência de aparatos industriais para o centro capitalista, se para manter o atual padrão de reprodução do capital foi necessária a transferência do aparato produtivo para a periferia global?⁶ Como re-nacionalizar sem acordos significativos entre os Estados centrais e o capital monopolista? Como fornecer condições mais favoráveis aos capitais monopolistas, sem destruir o mantra neoliberal dos balanços orçamentários que vigora há décadas?

Todos os quatro debates nos direcionam para a condição contemporânea do Imperialismo. Um Imperialismo onde parece ser redescoberta a disputa interestatal explícita, diferenciando-se da disputa por hegemonia econômica entre EUA e República Federal Alemã e Japão dos anos 1970-1980, e claramente distinto dos cenários das guerras mundiais travadas no século XX. Entretanto, por mais que pareçam nítidos à olhos treinados os contornos categóricos do Imperialismo, é necessário atrelar esta categoria ao desenvolvimento sócio-histórico.

⁵ Na iminência da hecatombe econômica que seguirá a pandemia do Covid19, países do centro capitalista tem discutido a nacionalização de indústrias consideradas estratégicas, ainda que provisoriamente. Para o caso francês, ver XINHUA (2020). Para a nacionalização do sistema de saúde privado espanhol, ver Telesur (2020).

⁶ Neste sentido, Smith (2016).



Dentro do campo de estudo das Relações Internacionais, a inclusão do Imperialismo como categoria de análise segue avançando, restando à limitação quanto à presença bibliográfica em cursos de graduação. Didaticamente, o Imperialismo pode ser abordado de forma interdisciplinar, guardando pertencimento compartilhado tanto à Economia Política quanto à Teoria das Relações Internacionais e com os estudos de Segurança Internacional. É nesta dinâmica que em boa hora – em pleno bicentenário de Marx – aparece o livro de Luiz Felipe Osório, *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*.

A obra, produto da passagem de Osório pela Mackenzie em ocasião do seu Pós-doutorado, introduz de forma didática o complexo arranjo de posições e desenvolvimentos teóricos gravitando ao redor da categoria do Imperialismo. Osório assumidamente possui dois pontos focais em seu texto, com os quais mantém diálogo constante.

Primeiro, Luís Felipe Osório preocupa-se com a dinâmica de transformação da estrutura capitalista global após o aparecimento do Imperialismo, focando no mercado mundial como *locus* no qual o padrão de reprodução do capital se transforma. O segundo ponto focal é a dinâmica de ativa participação do Estado na reprodução do capital, dentro e fora de suas fronteiras nacionais.

Com esta especial atenção para o Estado enquanto ente que participa ativamente da reprodução do capitalismo, Osório objetiva trazer para o debate brasileiro as conclusões da escola alemã sobre o Imperialismo, particularmente de Claudia Von Braunmühl⁷. Ao tratar do moderno sistema interestatal, Braunmühl ressalta que a dominação capitalista ocorre necessariamente a partir da forma estatal, mas também depende de um sistema onde a pluralidade de estados é norma. Já em sua apresentação de *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*, Mascaro (2018) ressalta esta interpretação de Osório, onde é a pluralidade de Estados aquilo que necessariamente leva às diversas manifestações do Imperialismo: da formação do sistema neocolonial ao longo dos últimos trinta anos do século XIX até o seu dismantelo e substituição, em meados do século XX, pelo jogo de coerção militar, coesão monetário-financeira e indução de trocas desiguais entre estados independentes.

⁷ Osório tem feito o mesmo em diversos textos nos últimos anos, notadamente Osório (2017), Osório (2019a) e Osório (2019b).



Colocada em perspectiva, a abordagem tomada por Osório em *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais* é dividida em três capítulos, acrescidos de uma introdução. A introdução de Osório é de particular importância. Ao relacionar sua obra ao campo de estudo das Relações Internacionais, o autor reserva seu texto introdutório para tratar de dois pressupostos sobre a apreensão Marxista do Imperialismo: (1) a defesa do Imperialismo como *categoria* para o materialismo sócio-histórico; (2) a *distinção* explícita entre o Imperialismo capitalista e as formações estatais de controle territorial prévias ao espraio do modo de produção capitalista no globo.

Osório estabelece sua divisão em capítulos ligando dois fatores: as transformações produtivas do capitalismo e os debates travados em termos de desenvolvimento teórico sobre o Imperialismo. A teoria do Imperialismo foi desenvolvida através de diversas gerações de autores marxistas, e a divisão em debates, feita por Osório, é colocada de modo a convergir este desenvolvimento à estrutura convencional de abordagem do ensino das Relações Internacionais. Os capítulos de *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais* são estruturados de modo a: primeiro, apresentar o contexto histórico das formações produtivas dominantes no capitalismo à época; após introduzir o contexto teórico da época; e, por fim, apresentar os principais autores sobre o Imperialismo e seu desenvolvimento teórico.

O primeiro capítulo da obra, *O Debate Pioneiro*, apresenta as precondições para o aparecimento do Imperialismo dentro da dinâmica de acumulação e reprodução do capital sob o capitalismo, além do surgimento teórico do mesmo. Aqui se inserem os desenvolvimentos teóricos feitos por Hilferding em *Capital Financeiro* e bem como sobre a necessidade contínua de espaços para acumulação, e a tese sobre o subconsumo no centro capitalista, trazida por Luxemburg em *A Acumulação de Capital*. Na sequência, o capítulo chega às teorizações de Kautsky e Bukharin, ambos os autores que abordam a possibilidade do aparecimento de um país imperialista central, a organizar a dinâmica de acumulação em escala global. Bukharin distingue-se ainda por sua ligação teórica entre Mercado Mundial e o Imperialismo. O espaço final do capítulo é reservado para Lenin, cujo *Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo* possui lugar histórico como principal obra da geração clássica.

O segundo capítulo do livro de Luiz Felipe Osório é construído ao redor do aparecimento do fordismo como método organizacional da produção capitalista. Em *Debate Fordista*, após apresentar o contexto histórico do entre guerras e do pós-



Segunda Guerra Mundial, o autor apresenta a centralidade de quatro teorias, entrelaçadas em maior ou menor grau: a Teoria do Capital Monopolista; Teoria Marxista da Dependência (TMD); a Teoria das Trocas Desiguais; e a Teoria do Sistema-Mundo. Ao abordá-las, Osório revisa os debates ao redor de *O Capital Monopolista*, de Baran e Sweezy. Além disso, atrela Sweezy ao reaparecimento de Capital Monopolista como categoria marxista discutida por Lenin e Baran aos estudos sobre o desenvolvimento capitalista e o aparecimento do subdesenvolvimento, ligando-o a Andreas Gunder Frank. O texto liga então Gunder Frank à TMD e ao desenvolvimento teórico latino-americano feito por Bamberger, Marini e dos Santos. O capítulo encerra com abordagens sobre as teorias do Sistema Mundo de Wallerstein e Arrighi, que teorizam tanto sobre a formação do sistema interestatal capitalista moderno como sobre o aparecimento e o desaparecimento de hegemonias estatais ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

O capítulo final de *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais* aborda a contemporaneidade dos debates sobre o Imperialismo. Após as reflexões sobre os contextos histórico e teórico, *O Debate Pós-Fordista* subdivide-se para a abordagem de três vertentes teóricas do Imperialismo: (1) politicista; (2) parcial-politicista; e (3) plena crítica. Acerca das interpretações politicistas – nas quais, Osório enquadra Hardt e Negri, Panitch e Gindin, e Wood, a crítica de Osório foca-se na discordância teórica acerca do tratamento da categoria Imperialismo. Os autores politicistas autonomizariam a categoria poder, apartando-a da dinâmica econômica.

Na subdivisão seguinte, o autor aborda o parcial-politicismo. Esta subdivisão parece ser aquela que reteve os contornos mais amorfos dentre seus pares. Osório atribui este caráter sem forma à coletividade de autores compartilharem em graus diferentes as imperfeições na abordagem conjunta de aspectos políticos e econômicos. Isto ocorreria através de um costumeiro refúgio analítico na dinâmica econômica, em particular no processo de acumulação de capital. Uma crítica possível acerca deste tópico é a abordagem de Poulantzas sem que o mesmo receba subtópico próprio. Comenta-se isso, pois as reflexões sobre a obra de Poulantzas ocupam espaço textual maior do que as de Harvey ou Callinicos, que receberam subtópicos próprios em *O Debate Pós-Fordista*.

A última subdivisão da obra de Osório trata da plena crítica, na qual o autor subscreve o debate sobre o lugar do Estado como intermediário entre o mercado mundial e o Imperialismo. De forma única, Osório busca no debate alemão sobre



mercado mundial as fundações para a reprodução do Imperialismo no sistema interestatal. A todo o momento, o Estado é lembrado como anteparo que dá forma à ordem burguesa, estruturando a reprodução capitalista por sobre um sistema coercitivo, que substitui a dominação de classes de formações sociais anteriores. Fica em seu lugar a estrutura impessoal do poder público estatal. O Estado deixa, portanto, de ser a estrutura de dominação exclusiva da classe dominante, passando a galgar-se numa pretensa vontade coletiva da sociedade.

Considerações finais

Em relação direta com seu título, *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais* promove uma dupla ofensiva, atingindo conjuntamente dois objetivos. Primeiro, ao inserir a categoria do Imperialismo dentro dos debates teóricos das Relações Internacionais, Osório deixa para a comunidade acadêmica uma obra necessária, que, como tal, deve ser introduzida desde logo às ementas de Teoria das Relações Internacionais de cursos de graduação e pós-graduação. O outro objetivo alcançado pela obra de Luiz Felipe Osório é a apresentação bem-sucedida do produto do debate alemão sobre o papel do Estado burguês na dinâmica do Imperialismo ao debate nacional. Conjuntamente, o atendimento destes objetivos justifica os elogios que a obra tem recebido.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo*, 1ª Ed. 1996 (10ª reimp., 2019), 393p.

BARBOSA, Marina. HESSEL, Rosana. Pacote Anunciado pelo Governo deve Liberar R\$ 1,2 Trilhão aos Bancos. *Correio Braziliense*, 24 de mar. de 2020. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml >. Acesso em 21 de mai. de 2020.

BURNHAM, P. Towards a Political Theory of Crisis: Policy and Resistance across Europe. *New Political Science*, v. 33, n. 4, 2011, p. 493-507.



FOSTER, John Bellamy. O Redescobrimiento do Imperialismo. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A Teoria Marxista Hoje*. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2006, p. 431-448.

GLOBO, O. Guedes: Governo vai Virar Sócio de Empresas Aéreas para Ajudar Setor na Crise. *Agência O Globo*, 20 de mai. de 2020. Disponível em: < <https://economia.ig.com.br/2020-05-20/guedes-governo-vai-virar-socio-de-empresas-aereas-para-ajudar-setor-na-crise.html> >. Acesso em 21 de mai. de 2020.

HARVEY, David. Realities on the Ground: David Harvey replies to John Smith. *ROAPE*, 02 de mai. 2018. Disponível em: < <http://roape.net/2018/02/05/realities-ground-david-harvey-replies-john-smith/> >. Acesso em 05 de ago. 2019.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003, 253p.
HUNG, Ho-fung. A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, 2018a, p. 1-26.

HUNG, Ho-fung. Hegemonic Crisis, Comparative World-Systems, and the Future of Pax Americana, *Journal of World-Systems Research*, v. 23, n. 2, 2017, p. 637-648.

MCGEE, Julius Alexander. GREINER, Patrick Trent. How Long Can Neoliberalism Withstand Climate Crisis? *Monthly Review*, 01 de abr. de 2020. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2020/04/01/how-long-can-neoliberalism-withstand-climate-crisis/> >. Acesso em 18 de abr. de 2020.

NETO, Odilon Caldeira. Neofascismo, “Nova República” e a Ascensão das Direitas no Brasil. *Conhecer*, v. 10, n. 24, 2020, p. 120-140. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060>.

NEW SCHOOL, THE. Video: Imperialism, Is it a Relevant Concept? *The New School*, 01. de mai. de 2017. Disponível em: < <http://davidharvey.org/2017/05/video-imperialism-relevant-concept-new-school-may-1-2017/> >. Acesso em 19 de abr. de 2020.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Mercado Mundial e Imperialismo na Perspectiva de Claudia von Braunmühl. *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 3, 2017, p. 22-34.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Hirsch, Estado, Imperialismo e Relações Internacionais. *Crítica Marxista*, n. 46, 2018, p. 153-161.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. A Teoria da Derivação do Estado e o Debate (alemão) do Mercado Mundial. *Revista Debates*, v. 13, n. 1, 2019(a), p. 17-39.

PATNAIK, Prabhat. Whatever has Happened to Imperialism? *Social Scientist*, v. 18, n. 6/7, 1990, p. 73-36.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York, Monthly Review Press, 2016, 382p.

TELESUR. Spain Takes Sweeping Measures as Covid-19 Escalates. *Telesur.net*, 18 de mar. de 2020. Disponível em: < <https://www.telesurenglish.net/news/Spain-Takes-Sweeping-Measures-as-COVID-19-Escalates-20200318-0027.html> >. Acesso em 18 de abr. de 2020.



WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1979, 305p.

XINHUA. France Mulls “Temporary” Nationalization of Companies Hit by COVID-19: minister. *Xinhuanet*, 03 de abr. de 2020. Disponível em < http://www.xinhuanet.com/english/2020-04/03/c_138945231.htm >. Acesso em 18 de abr. de 2020.

YATES, Michael D. FOSTER, John Bellamy. Trump, neo-fascism, and the COVID-19 Pandemic. *Monthly Review*, 11 de abr. de 2020. Disponível em: < <https://mronline.org/2020/04/11/trump-neo-fascism-and-the-covid-19-pandemic/> >. Acesso em 18 de abr. de 2020.

Sobre o autor

Samuel Spellmann

Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Graduado em Direito pela UEPB. Assistente de Editoria na Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI). Membro da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina) e da International Initiative for Promoting Political Economy (IIPPE). E-mail: samuelspellmann@outlook.com

O autor é o único responsável pela redação da resenha.

